



Anais da Assembléia

N.º 45

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 28 DE MAIO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA ATA DA 41.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 1984.

SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu França e Airton Cordeiro.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagnão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Squarezzi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede a leitura da Ata de sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Estando em Plenário Sua Excelência o Senhor Vice-Governador do Estado, esta Presidência suspende a sessão por cinco minutos, para que Sua Excelência receba os cumprimentos dos Senhores Deputados.

(É suspensa a sessão por cinco minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Estando reaberta a sessão, solicito do Senhor

1.º Secretário que dê conhecimento do expediente que se encontra sobre a mesa.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 81/84 de sua autoria, com a seguinte ementa:

"ESTABELECE CONTAGEM EM DOBRO DO TEMPO DE SERVIÇO DE JUIZ ELEITORAL"

Sala das Sessões, em 28/05/84.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 74/84 de sua autoria, com a seguinte ementa:

"ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 51, DA LEI N.º 7.297, DE 08/01/80".

Sala das Sessões, em 28/05/84.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 80/84 de sua autoria, com a seguinte ementa:

"ALTERA REDAÇÃO DOS ARTIGOS N.ºs 61 e 62, DA LEI COMPLEMENTAR N.º 14, de 26/05/82".

Sala das Sessões, em 28/05/84.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 97/84 de sua autoria, com a seguinte ementa:

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 103, DA LEI N.º 6.174, DE 16/11/70".

Sala das Sessões, em 28/05/84.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 57/84, que declara de utilidade pública o "Conselho Comunitário de Cooperação em Saúde e Bem- Estar Social" - COM-SABES.

Sala das Sessões, em 28/05/84.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER regime de Urgência. Mensagem encaminhando anteprojeto de lei objetivando fazer constar na estrutura da Procuradoria Geral da Justiça as unidades de nível de atuação instrumental de que trata o inciso IV, do art. 12, da Lei n. 6.636, de 29/11/74, (Cria cargos em comissão e extingue cargos de provimento efetivo).

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 31/84.

Sala das Sessões, em 28/05/84.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER a consignação de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor VALENTIN GULIN, pai do Deputado Donato Gulin. Solicita, outrossim, que a viúva Ana Maria Menegusso Gulin e os filhos Donato Gulin, Elizeu Gulin, José Mauro Gulin, Luíza Marlene Buccinelle e Denise Crivelaro sejam cientificados do teor do presente requerimento. (Endereço: Av. Centenário, 1191 - Capanema - Curitiba).

Sala das Sessões, em 28/05/84.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Apoiamento: AIRTON CORDEIRO e
AUGUSTO CARNEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, um voto de congratulações ao PMDB jovem, pela realização de suas eleições.

REQUER, ainda, que a decisão da Casa

seja comunicada às jovens lideranças do PMDB, comprometidas com o evento.

Sala das Sessões, em 28/05/84.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

A IV Convenção Estadual do PMDB jovem, ocorrido no dia 27 de maio de 1984, nas dependências deste Poder Legislativo, transcorreu em clima de perfeita ordem e harmonia.

A eleição de sua presidência constituiu-se numa viva lição de democracia, onde, pelo voto, a juventude peemedebista teve a oportunidade de fazer o que toda a Nação anseia: escolher os seus dirigentes. Votar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, voto de congratulações com o Senhor FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO, por ter sido agraciado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná, com a medalha do Mérito Industrial.

Sala das Sessões, em 28/05/84.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, voto de congratulações com o Senhor RENATO HUGO VARDÂNEGA, por ter sido agraciado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná, com a medalha do Mérito Industrial.

Sala das Sessões, em 28/05/84.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, voto de congratulações pela reeleição da Diretoria do Centro do Comércio de Café de Paranaguá para o biênio 1984/86.

JUSTIFICATIVA:

O Centro do Comércio do Café de Paranaguá, principalmente pela atuação da atual diretoria, vem se constituindo num dos principais baluartes em defesa da cafeicultura paranaense, mantendo-se permanentemente vigilante quanto às medidas que são tomadas pelo Governo Federal para resguardar os interesses da classe produtora e exportadora que em última análise tem reflexos em importantes segmentos da comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 28/05/84.

(a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a retirada por 01 (uma) sessão, do Projeto de Lei n.º 77/83, que extingue o estágio probatório ao professor da rede estadual de ensino.

Sala das Sessões, em 28/05/84.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após expressa aprovação do Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ BRANDT SILVA, Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, solicitando a instalação de uma agência desse Banco, no Município de Chopinzinho.

REQUER, ainda, que da aprovação deste requerimento seja dada ciência ao Senhor Prefeito e dignos Vereadores do Município de Chopinzinho.

Sala das Sessões, em 28/05/84.

(a) NILSO SGUAREZI.

Líder do PMDB

JUSTIFICATIVA:

O desenvolvimento econômico da Região Sudoeste do nosso Estado tem, no Município de Chopinzinho, um destaque especial. Apontado como um dos cinco municípios de maior poder econômico do Sudoeste, Chopinzinho ainda não conta com uma agência do estabelecimento oficial de crédito do nosso Estado.

É de suma importância para o progresso daquela comunidade, que essa antiga reivindicação seja transformada em realidade.

Temos conhecimento de que várias solicitações neste sentido já foram endereçadas aos dignos Diretores do Conglomerado BANESTADO.

Esperando que o presente requerimento venha a ter a acolhida tão esperada pela ordeira e trabalhadora população de Chopinzinho, aguardamos o pronto atendimento deste justo anseio.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER seja oficiado ao Senhor Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, solicitando a instalação de uma farmácia daquele Órgão em Maringá, através da Secretaria da Administração.

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, para que aquele Órgão instale em Maringá uma farmácia do IPE, para atender aos beneficiários daquele Instituto.

Sala das Sessões, em 28/05/84.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Maringá e região agrega um número considerável de funcionários públicos estaduais, todos beneficiários do Instituto de Previdência do Estado, sendo dada uma estimativa superior a cinco mil funcionários.

A farmácia do IPE fornece medicamentos aos funcionários estaduais, inscritos naquele Órgão, em preços bem inferiores aos das demais farmácias.

Necessário se faz, pois, a instalação de uma farmácia desse Instituto Previdenciário na Cidade de Maringá, atendendo às necessidades dos funcionários estaduais daquela cidade e dos municípios vizinhos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER regimentalmente que após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Diretor do Instituto de Assistência ao Menor, através da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo instalação urgente de um posto representativo do referido Órgão, no Município de Campo Mourão-PR.

Sala das Sessões, em 28/05/84.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

JUSTIFICATIVA:

Visando o auxílio direto e rápido na tentativa de amenizar o problema do menor abandonado no citado município que é estorrecedor e tende a crescer cada dia mais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado das Finanças, solicitando a liberação do I.C.M. do gado bovino, em trânsito no Estado, ficando apenas sujeito ao I.C.M., quando ao abate final.

Sala das Sessões, em 28/05/84.

(a) EDUARDO BAGGIO.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva atender aos pecuaristas, de um modo geral, tendo em vista que se torna mais fácil e passível de maior rigor, a fiscalização

feita dentro dos frigoríficos; do que a que é efetuada dentro dos moldes atuais, ou seja, nas estradas. Esclarecemos que a fiscalização feita nas estradas estimula a corrupção por parte dos corruptos e corruptores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública no sentido de que, através de estudos, sejam avaliadas as condições de liberação de recursos a serem aplicados na construção de um prédio onde deverá funcionar a 37ª CIRETRAM localizado na Municipalidade de Ubiratã.

Em sessão realizada recentemente, a Câmara Municipal de Vereadores da cidade de Ubiratã, aprovou requerimento de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Egon Fischer no qual o mesmo pedia a construção de uma sede para abrigar o escritório da 37ª Ciretran naquele município.

Trata-se de ma reivindicação de Grande importância, tendo em vista que aquele órgão regional é responsável não apenas pelo atendimento referentes a Ubiratã, mas também a vários municípios circunvizinhos.

Tal reivindicação, por certo, merecerá dessa Pasta a anteção esperada.

Sala das Sessões, em 28/05/84.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura encarrecendo o desenvolvimento de estudos, visando determinar o devido zoneamento para o plantio de cana no Estado do Paraná.

De um modo em geral, as lideranças agrícolas têm se manifestado sua costante e real preocupação sobre os rumos a serem seguidos quanto ao plantio da cana em nosso Estado.

Tais questionamentos se evidenciam ainda mais em face da implantação de inúmeras destilarias em várias regiões, aliadas ao incentivo dado especialmente aos pequenos proprietários rurais, que por muitas vezes transformam tudo em imenso canavial.

Em face desta conjuntura, a Câmara Municipal de Engenheiro Beltrão aprovou pedido do Excelentíssimo Senhor Jurandir Morisco no sentido de que essa Secretaria de Estado da Agricultura encaminhe a realização de estudos devidos quanto à determina-

ção de um futuro zoneamento das áreas a serem cultivadas. Como justificativa, aquele integrante daquela Edilidade, afirmou que muitos são os solos férteis que poderão vir a serem utilizados para o plantio daquela cultura, notadamente na região de Engenheiro Beltrão.

Esperando dessa Pasta o devido encaminhamento do que ora é reivindicado, aguarda-se neste sentido, manifestação quanto à reivindicação enunciada.

Sala das Sessões, em 28/05/84.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, objetivando a liberação de recursos orçamentários a serem aplicados na construção de um parque de exposições na Municipalidade de mamborê.

O conjunto de moradores do Município de Mamborê tem vivenciado nesta nova fase de Governo estadual o esforço grandioso, assumido quando da última campanha eleitoral, em promover e assegurar a efetiva participação de todos os segmentos organizados na elaboração, execução e até mesmo na fiscalização dos atos deste mesmo Governo, que sem dúvida alguma, já tem trazido, não alguns, mas muitos resultados concretos que dão prova da democratização hoje posta em prática.

A nível municipal, os mamborenses atualmente estão também envolvidos em propósitos que visem a sua participação, na busca de ações concretas que tragam as efetivas melhorias pretendidas em termos da elevação do padrão de vida, através da execução pautadas na simplicidade, abandonando portanto aquilo que comumente se comprova na esfera federal: o endividamento sempre crescente às custas (dentre outros fatores) das implantações de obras reconhecidamente chamadas de "faraônicas".

Objetivando administrar com a indispensável contribuição de seu povo, a Prefeitura Municipal daquele município chefiada pelo Excelentíssimo Senhor Ivo Brunetta tem, do ponto de vista prático, agido no sentido de fazer a acontecer novos meios que proporcionem o aparecimento de novos aspectos desenvolvimentista. Um dos métodos usados visando a participação dos habitantes, tem sido as inúmeras reuniões comunitárias. Foi exatamente em um destes encontros que foi amadurecida a idéia de se construir em Mamborê um local próprio para exposições dos vários gêneros existentes.

Neste sentido, aquele Executivo Muni-

cipal, conforme envio de correspondência, pretende dar início à construção de um parque de exposições. De imediato, já foi adquirido um terreno próximo a faixa perimetral urbana. Na verdade, aquele empreendimento não será, por outro lado, destinado única e exclusivamente como local de exposições agropecuárias, pois servirá também como local estruturado para lazer.

Nos dias de hoje, dadas às inúmeras dificuldades decorrentes da crise econômica e financeira por que passa a Nação, especialmente os municípios brasileiros, que mais sentem tais agruras.

Mamborê, em que pese a difícil situação, tem conseguido encaminhar com objetivos claros, senão superar, ao mesmo amenizar esta conjuntura.

E o parque é um passo concreto, pois promoverá em âmbito paranaense bem como nacional, a divulgação das potencialidades que formam a estrutura sócio-econômica daquela vasta região.

Espera-se portanto do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado que autorize a realização de estudos que possam garantir a liberação de recursos para a construção do mencionado parque, onde não poderia deixar de fazer referência, além da Prefeitura, destacar sobremaneira o papel da ACOPAR - Associação dos Pecuaristas do Centro Oeste do Estado, entidade criada recentemente em Mamborê.

Sala das Sessões, em 28/05/84.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam fornecidas informações a respeito do atual estágio em que se encontram os estudos visando analisar a viabilidade de execução do asfaltamento da Rodovia PR-090, no trecho entre o Município de Sertãoópolis e o Município de Bela Vista do Paraíso.

As informações que ora são solicitadas, se fazem necessárias, tendo em vista a importância da execução da pavimentação asfáltica da Rodovia PR-090 no percurso compreendido entre o Município de Sertãoópolis ao Município de Bela Vista do Paraíso, merecendo inclusive deste Deputado abaixo subscrito, requerimento apresentado no dia 24 de maio do último ano em curso, em sessão plenária desta Casa, portanto há um ano.

Trata-se de uma aspiração das mais antigas reivindicadas pelo conjunto da população, tanto da região de Sertãoópolis co-

mo da de Bela Vista, através da classe política, entidades de classe profissionais e outras. Uma vez que, com o asfaltamento daquele trecho, estará sendo permitido uma maior segurança e agilidade em termos de tráfego.

Aquelas duas regiões são sem dúvida alguma, imprescindíveis no processo desenvolvimentista do Estado do Paraná, comprovado historicamente nas elevações verificadas constantemente na quantidade produzida, de produtos agrícolas, sendo tais aspectos, o sustentáculo sócio-econômico de Sertãoópolis e Bela Vista do Paraíso.

As cidades mencionadas juntas, ultrapassam mais de trinta mil habitantes, voltadas em sua maioria, para os campos agro-pastoris.

Ademais, outro fator importante a relatar, é quanto à existência de um projeto previamente elaborado que foi feito há anos atrás, na época, reconheciam a princípio, a imprescindível necessidade de concretização da referida obra.

Portanto, é de capital importância que essa Secretaria de Estado dos Transportes considere tal reivindicação como prioritária, nos planos a serem desenvolvidos no setor de transportes, especificamente sobre obras de pavimentação asfáltica.

Sala das Sessões, em 10/05/84.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente aos Excelentíssimos Senhores José Richa, Digníssimo Governador do Estado, Klauss Magno Germer, Secretário da Agricultura e Osmar Fernandes Dias, Diretor Presidente da Cafe do Paraná, solicitando a imediata implantação de uma Estação de Piscicultura no Município de Palmas.

Requer, ainda, que a decisão da Casa seja comunicada às lideranças daquele município, nas pessoas dos Senhores José Maria de Araujo Perpétuo, Prefeito Municipal; Alberto de Araújo, Presidente em exercício da Câmara de Vereadores; Valentino Menegatti, Presidente do Diretório Municipal do PMDB; Nelson Ribas dos Santos, Presidente do Sindicato Rural; João Paulo Rocha filho, Diretor da Faculdade de Palmas; e Odacir Antonelli, Presidente da Associação Comercial e Industrial.

Sala das Sessões, em 28/05/84.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A municipalidade de Palmas adquiriu, recentemente, uma área de vinte e três alqueires, a qual foi destinada à implanta-

ção de uma Estação de Piscicultura, através da Cafe do Paraná.

Segundo informações recebidas, trata-se de uma das melhores áreas da região do alto e médio Iguaçu, dentro das especificações técnicas exigidas para a finalidade a que se destina. Além disto, as condições climáticas de Palmas são ideais para a execução desse Programa.

Apesar do assunto ser conhecido dos Excelentíssimos Senhores Secretário da Agricultura e Diretor Presidente da Cafe do Paraná, caberá ao Chefe do Poder Executivo a decisão sobre a imediata implantação da Estação na área referida.

O atendimento desta justa aspiração é do interesse de nosso Estado e, quanto mais rápida a solução do problema, possivelmente com a colaboração do PROAGRO, mais cedo poderá enriquecer o desenvolvimento da região que tanto tem contribuído para as economias do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Deputado Deni Lineu Schwartz, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o cascalhamento da estrada que liga Borrazópolis a localidade denominada Ponte Preta, com aproximadamente 15 km, pela importância que esta presta ao Município no escoamento da produção agrícola.

Sala das Sessões, em 28.05.84.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o alto índice de produtividade mantido pelo Município de Borrazópolis, produção esta composta basicamente de lavouras brancas como o algodão, arroz, soja, milho além da pecuária bem explorada na região.

A arrecadação fiscal do Município gira tão somente em torno da agricultura e em parte a pecuária, distribuídos na maioria em pequenas propriedades rurais.

O tráfego de veículos torna-se impraticável nos dias chuvosos pelos leitos naturais que dão acesso as propriedades, dificultando ainda mais o transporte da produção, ficando dias perecendo ao aguardo de bom tempo.

O cascalhamento da estrada que liga a sede do Município à localidade denominada Ponte Preta, distante 18 km, proporcionaria uma sensível melhora no tráfego para o escoamento da produção.

Neste trecho, consta nos planos do DER, a construção de uma ponte para a travessia do Rio Cambuta, na divisa com o Município de Cambira, ligando à Rodovia BR 369.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Doutor Luiz Felipe Haj Mus-si, MD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção da Delegacia de Polícia do Município de Borrazópolis, que encontra-se instalada em prédio do patrimônio Municipal.

Sala das Sessões, em 28.05.84.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

A Delegacia de Polícia do Município de Borrazópolis, situada no prédio de patrimônio do Município, encontra-se em difíceis condições de atendimento ao fim que se destina, devido ao pequeno espaço que lhe foi destinado.

Construído a longo tempo o prédio exige que se faça uma série de reformas, as quais somente iriam onerar o orçamento do Município, não solucionando o problema de espaço físico.

Com o exposto, requeiro à Mesa solicitação a sua Excelência o Secretário de Estado da Segurança Pública a fim de atender o presente.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 122/84

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1.º- Fica declarada de Utilidade Pública a "Congregação do Apostolado Católico "(Irmãs Palotinas), com sede e foro no Município de Arapongas.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.84.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter educacional, cultural, filantrópico e benéfico, tendo por finalidade o ensino em seus vários graus, assistência social à criança e a juventude, defendendo a saúde e a promoção social da coletividade, em especial atendimento às classes menos favorecidas.

A documentação que anexamos ao presente estão de acordo com o exigido pela lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria.

Pelo exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares para o presente projeto e

e sua posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)- Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra, com satisfação, as presenças em Plenário de Sua Excelência o Senhor Fidelcino Tolentino- Prefeito da Cidade de Cascavel, do Vereador Dêrcio Galapassi- Líder da Bancada do PDS da Câmara Municipal de Cascavel, dos Senhores Vereador Jacy Tavares, Osmar Rangheti, Newton Luiz Cerioli, Terezinha Depubel, Antoninho Trento, da Vereadora de Vera Cruz D'Oeste Maria Alice Della Torre, dos Vereadores de Guaira Itaci Marques, Manoel Kuba, Oswaldino da Silveira e Manoel Silveira Barreto, dos Senhores Vereadores de Engenheiro Beltrão, Jurandir Morisco, Sebastião de Assis, Aparecido Lopes, Luiz Viana Pereira, Moacir Paiva Melo e João Ribeiro de Macedo e também do Senhor Vereador de Capanema, Marcelino Ampessan, dos Senhores Vereadores de Umuarama João Pedro da Silva e Gercindo Macedo de Altônia.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Tuguio Setogutte, inscrito.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para que os Anais desta casa registrem os atos de inexperiência, de negligência, de omissão e de imprudência, de um Secretário de Estado, eu passo a ler a matéria publicada no dia de hoje, pela revista "Veja" dos mais conceituados e dos mais lidos semanários do nosso País. (Lê):

**"PARANÁ
MUY AMIGO
DÓLARES A MAIS EM COMISSÃO
DERRUBAM SECRETÁRIOS.**

Fisionomia abatida, o Governador José Richa anunciou aos paranaenses, na noite de sexta-feira passada, por uma cadeia estadual de televisão, uma reforma em seu secretariado. Richa não explicou seus motivos, nem era necessário - todos já sabiam. O Secretário das Finanças - Erasmo Garanhão, estava saindo porque aceitara um inexplicável aumento da taxa de comissão em dólares para a firma Leman, Participações e Empreendimentos, intermediária de um empréstimo do Midland Bank, de Londres, ao Governo do Estado. O aumento da taxa resultou num prejuízo de 150 milhões de cruzeiros para o Paraná. E o Secretário do Planejamento, Belmiro Valverde Castor, perdeu o cargo por ter denunciado a operação ao Governador.

A atitude de Richa foi atribuída aos laços de amizade que unem a Garanhão. Embora uma comissão especial, por ele desig-

nada, tenha concluído que Garanhão cometeu "negligências, imperícias e omissões" ao consumir a operação. Richa tentará, nos últimos dias, salvar o amigo a qualquer custo. O Chefe da Casa Civil, Euclydes Scalco, que avalizou as denúncias contra Garanhão, foi procurado pelo Governador para modificar sua postura. "O relatório é muito claro", reagiu Scalco. Sem meios de resgatar Garanhão da degola, Richa decidiu que também Castor deixaria o Governo.

O Governador convocou a seu gabinete o Secretário do Planejamento e pediu-lhe que se demitisse, prometendo elogiar seu comportamento administrativo e debitar a mudança e incompatibilidades políticas entre ele e Garanhão. Castor quis saber o resultado do inquérito e, ao tomar conhecimento das conclusões, recusou-se a sair espontaneamente. "Com essas conclusões, não posso aceitar que o jogo termine empatado", explicou. Com a dupla defenestração, Richa corre o risco de rachar o PMDB do Paraná. Belmiro Castor é ligado ao ex-Governador Jaime Canet, com quem Richa conversou reservadamente antes de anunciar as mudanças. Uma eventual cisão provisoriamente sustada com a indicação, para o lugar de Castor, do Vice-Governador João Elísio Ferraz Campos, outro político vinculado a Jaime Canet."

Para encerrar, gostaríamos que também fosse transcrita a indicação de um ex-ocupante da Casa Civil, Otto Bracarense, mais identificado como radical, para a Pasta do Planejamento. Assim em tese, ao menos aparentemente, este primeiro tempo da grave crise política - administrativa e principalmente financeira que atingiu o Governo do Estado, neste seu primeiro ano e pouco de governo.

Esperamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a partir desse momento, que continue como sempre continuou, a Bancada do PDS, hoje minoritária em oposição, a denunciar e sempre trazer, como de fato o foi comprovado nesta oportunidade, irregularidades neste Governo, hoje mais do que nunca, transparente e procurando o mais das vezes, ser o mais possível democrático.

Eram essas as nossas palavras, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Tivemos oportunidade de assistir e presenciar no dia de ontem, um acontecimento que certamente ficará marcado na História da Política do Paraná, por oca-

sião da IV Convenção Estadual da Juventude, do PMDB. Sentimos ali na presença de quase trezentos convencionais, que representavam todas as localidades do Estado, num evento que mostrou a todos quantos direta ou indiretamente se envolveram, que os mais novos estão conscientes e em condição de ir assumindo gradativamente o seu lugar no contexto político, emprestando a sua colaboração, seu vigor e sua inteligência a serviço da construção de um modelo de vida para o Brasil. Brasil que navega entre os percalços do desemprego e da recessão.

Contribuiu para um Brasil que caminha à procura de arrimo, através de um sistema que insiste em ser democrático. Mas que conserva resquício de uma época de exceção que ainda não terminou. E que insistem os mais exaltados, em postergar o seu ocaso, a fim de se manterem por mais algum tempo no poder, embora sem a devida legalidade e desprovidos de um mínimo de credibilidade.

Não poderia, nesta oportunidade, deixar de parabenizar o companheiro Caio Perondi, que com galhardia conduziu a chapa "José Richa, Diretas Já", a uma vitória marcante e que seguramente evidencia uma continuidade nos trabalhos que o mesmo Caio Perondi, vinha mantendo à frente da executiva da juventude peemedebista.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputado. **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE **(Trajano Bastos)** - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Minha saudação a Sua Excelência Vice-Governador do Estado que visita a Assembleia, neste momento.

Saúdo também, os ilustres companheiros vereadores do meu partido visitando a Assembleia Legislativa que, nesta hora, vêm prestigiar nossos trabalhos.

Devo, neste pronunciamento, fazer a leitura da conclusão do trabalho realizado pela Comissão de Alto Nível nomeada pelo Governador do Estado para apurar as irregularidades denunciadas pelo PDS, nesta Casa, e pelo ex-Secretário do Planejamento acerca das negociações em moeda estrangeira.

Infelizmente, mais uma vez com o di-nheiro Público dos paranaenses, o Governador José Richa foi à televisão para dizer, em alguns trechos, meias verdades, em outros, mentiras inteiras e em alguns outros fazendo apelos emocionais e, em outros trechos ainda, fazer uma verdadeira chantagem emocional para com os paranaenses.

Deliberada e maliciosamente o Governador leu apenas o último tópico do relatório conclusivo da Comissão de Alto Nível, omitindo aspectos importantíssimos e fundamentais e, neles se inclui o Governador como cúmplice e conivente do Senhor Secretário de Estado das Finanças.

Leio, Senhor Presidente:

"Excelentíssimo Senhor Governador.

Após ouvir o depoimento prestado por pessoas idôneas e conhecedoras da sistemática e metodologias aplicadas nas operações para obtenção de empréstimos em bancos estrangeiros, e estudar os documentos que por requisição lhe chegaram às mãos, a COMISSÃO DE ALTO NÍVEL apresenta a Vossa Excelência o parecer que se segue.

O Senhor Erasmo Garanhão, Secretário de Estado dos Negócios das Finanças praticou, no exercício do seu cargo, os seguintes desacertos:

OMISSÃO - por deixar de questionar conveniente e reiteradamente junto às intermediárias Montagu e Leman Ltda., quando a última elevou a taxa de serviço em 1% do total do empréstimo, acarretando ao erário estadual um desembolso a mais de US\$ 98 mil.

NEGLIGÊNCIA - por aprovar apodamente a operação de US\$ 7,2 milhões proposta pelo Midland Bank por intermédio da Leman Ltda., à taxa de 6,85%, em lugar impróprio, sem consultar o Governador que se encontrava presente, numa ocasião em que o mercado entrava em declínio, operação que teria ocasionado um prejuízo da ordem de US\$ 216 mil, não fosse abortado em tempo por determinação do próprio Governador.

INEXPERIÊNCIA - por não ter solicitado o concurso das assessorias de alto nível existente no BANESTADO e na COPEL, familiarizadas com operações financeiras internacionais desse porte.

IMPRUDÊNCIA - por ter aceitado negociar duas operações no valor total de US\$ 17 milhões através da intermediação da Leman Ltda., sem pesquisar os antecedentes da mesma, e por solicitar à empresa pública estadual favorecimento a determinada instituição bancária junto à qual havia feito operações particulares.

Ao término, Senhor Governador, ressalte-se que esta Comissão afasta, pelas evidências, que por trás da atuação do Senhor Secretário Erasmo Garanhão esconda-se qualquer intuito doloso de locupletamento próprio. Mas não afasta, porém, a suposição com forte suporte fático, da ausência do indispensável zelo na condução da negociação, sem demérito aos elevados atributos pessoais e técnicos do Excelentíssimo Secretário dos Negócios das Finanças do Estado, tão bem evidenciados na área da tributação.

Na certeza de ter envidado o máximo de

esforços para cumprir a difícil incumbência que lhe foi imposta como dever de patriotismo por Vossa Excelência, aproveita a oportunidade para apresentar-lhe

Atenciosas Saudações.

Curitiba, 24 de maio de 1984

DR. LUIZ CARLOS PEREIRA TOURINHO
Professor e Engenheiro Civil
Presidente

DR. FÁBIO DÓRIA SCATOLIN
Professor e Economista
Membro

DR. JOSÉ PETRELLI GASTALDI
Professor e Bacharel em Direito
Membro"

Este trecho do Relatório conclusivo o Governador Richa, deliberada e maliciosamente omitiu do povo do Paraná, mesmo que no seu melodrama estivesse investindo na rede estadual de TV uma pequena fortuna, para mais uma vez faltar com a verdade ao povo deste Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Odeni Mongruel.

Antes porém a Mesa pede permissão ao ilustre Senhor Deputado para anunciar a presença em plenário, dos Senhores Vereadores de Osasco, Senhores Samuel Sanches e Luiz Carlos Camarotto. Dos Senhores Vereadores de Iporã, Senhores Antônio Hilário Monteiro, Presidente da Câmara Municipal, que se faz acompanhar dos Vereadores, Joaquim Laves Filho e Moisés Mendes.

Está com a palavra Vossa Excelência.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, quero cumprimentar as lideranças políticas do Oeste paranaense que hoje se fazem presentes, aqui na Capital do Estado, a fim de manterem, logo a seguir um contacto com o Sr. Governador do Estado, objetivando transformar a Fundação Municipal, que mantém a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel, em uma Fundação Estadual, que possibilite à juventude estudiosa, daquela região do Paraná, melhores condições de equipamentos, recursos financeiros e recursos humanos, a fim de que, efetivamente, a futura Universidade do Oeste do Paraná, alcance plenamente os seus objetivos.

E valeria aqui, lembrar a respeito, que segundo a Lei n. 5.540, de 28/11/68, que fixa normas de organização e funcionamento do Ensino Superior, especificamente, em seu artigo 7.º, define que há duas ma-

neiras de se organizar uma Universidade. Diretamente, independentemente da existência prévia de estabelecimento isolados em funcionamento, o que exige da Universidade, autorização e posterior reconhecimento. E a segunda, mediante a reunião de estabelecimentos já reconhecidos, apenas com o ato de reconhecimento.

Exatamente neste segundo aspecto é que se enquadra o Ensino Superior de Cascavel, no Norte do Estado, pela tradição alcançada através de sua própria Faculdade de Ciências e Letras, que nasceu, e diga-se desde logo, através de esforço da sua comunidade, que tudo fez através de Fundação Municipal, para que aquela instituição existisse e alcançasse os seus propósitos.

Logo no início do atual período legislativo, em boa hora, o Deputado Edgard Pimentel, apresentou um projeto de lei, propondo ao Governo do Estado, uma vez consultada a Fundação Municipal que também aquela escola, fosse transformada a mesma em uma Fundação Estadual.

E vale a pena lembrar, a FECIVEL, não apenas por si só, reúne todas as condições necessárias para abrigar a reorganização do Ensino Superior de Cascavel, mas também tem a seu lado a alta densidade cultural e educacional, que a rede de 1.º e 2.º graus, patrocinada pelo Poder Público, mas diretamente pela comunidade de Cascavel vêm oferecendo àquelas crianças e àquela juventude. E valeria lembrar que por todas essas condições o Conselho Estadual de Educação, já em 1982, em parecer deste Deputado que cumula as funções com a de Conselheiro integrante da Câmara de Ensino Superior, exarou parecer favorável à criação da 4.ª Universidade do Paraná, no caso, a 1.ª Universidade do Oeste do Paraná. E é bom que se diga, se num passado recente, o ex-Governador Paulo Pimentel marcou indelevelmente seu nome na história política e administrativa do Paraná através da criação das Universidades de Londrina, de Maringá, de Ponta Grossa e complementando com a criação da Academia Militar do Guatupe, o Governador José Richa tem a oportunidade extremamente favorável de criar por sua iniciativa a 1.ª grande obra concreta e palpável do seu Governo, fazendo transformar uma fundação municipal em fundação estadual, dando assim cumprimento a exigências fundamentais de ordem de manutenção para que possa o processo que se encontra em Brasília, merecer a aprovação dos colegiados competentes e ter o despacho de Sua Excelência, o Ministro da Educação, criando a Universidade do Oeste que, por suas características será, sem dúvida, a 1.ª grande Universidade Latino Americana do Estado do Paraná.

Muito obrigado! (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Não tencionava, nesta tarde, usar o Pequeno Expediente. NO entanto, a intervenção do ilustre Deputado Airton Cordeiro nos faz, ao menos, usarmos esses 5 minutos para poder refletir nas decisões de um Governo que se viu envolto numa crise. Evidentemente, senhor Presidente, Senhores Deputados, não interessa à Bancada do PMDB, como não interessa à Bancada do PDS, que o Governo de todos os paranaenses seja envolvido em qualquer tipo de crise que venha a prejudicar o seu deslanche natural em favor da comunidade como um todo. Mas não poderíamos, nesta tarde em que pela primeira vez nos reunimos nesta Casa de Leis após a decisão do Governo do Estado do Paraná, admitirmos colocações como a de que o Governador tenha ido para a televisão para falar meias verdades ou para falar mentiras, ou para maldosamente, omitir fatos; porque se fosse para o Governador ir à televisão, ler o relatório da Comissão, desnecessário lá seria sua presença. Qualquer noticiário de televisão poderia ler o relatório. O Governador do Estado após a crise política que nós vivemos, Deputado, tinha obrigação de ir à televisão para dizer aos paranaenses o desfecho da crise que lhe envolveu. Não omitiu verdade, porque quem se detiver e olhar o Diário Oficial vai encontrar na íntegra a nota da Comissão de Alto Nível que levantou o problema de dólares que envolveu dois Secretários do Estado do Paraná, tanto que não foi vontade do PMDB, ou do Governo, nossa bancada, nosso Partido, e nem desta Casa, de omitir dado nenhum para o paranaense, que nós tivemos sessões memoráveis aqui nesta Assembléia, onde a imprensa esteve presente, o povo esteve presente, as duas Bancadas estiveram presentes, questionando publicamente por mais 4 horas cada Secretário levando ao vivo para o Paraná inteiro. Mas teria o Governador do Estado que ir à televisão para expor aos paranaenses, o quadro, a solução do quadro tomado por ele. Eu acredito que o Governador José Richa deu ao Paraná a resposta que o Paranaense queria; deu mais, até pela harmonia do seu Governo que não poderia continuar em desarmonia e choques de Secretários. Eu acredito que dói a todos nós paranaenses, ao povo, às duas Bancadas, aos dois partidos, qualquer ato que possa prejudicar o bom desenvolvimento do nosso Estado. Espero que todos nós, o PMDB que está no governo, o PDS, que é a Oposição, saibamos tirar desses episódio um resposta

positiva, para valorização política de todos nós.

Que não venhamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, usar de um episódio, que não foi dos melhores para o Paraná, para mostrarmos na nossa forma de ação, cada vez mais, o desconceito e o desconforto de ser político. Que saibamos disso tudo, tirar o proveito necessário, para cada vez mais, no âmbito da população, poderemos fortalecer a presença dos políticos como esse novo tempo de abertura, que nós haveremos de viver.

Quero parabenizar-me com o governador José Richa, que, disse a maior verdade que o paranaense queria ouvir; que foi exatamente a fim o encerramento administrativo de um fato: "Se brigas continuarem havendo, que continuem havendo, particularmente, mas, fora da área administrativa, para que o Paraná possa continuar crescendo, progredindo e atendendo aos paranaenses da forma como está fazendo até agora."

Muito obrigado. (**sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) - A Mesa registra as presenças em plenário, do Senhor Vereador Raul Soares dos Reis, Presidente da Câmara Municipal de Pinhão, e do Vereador Itaci Marques, do Município de Guaíra.

Está encerrado o Pequeno Expediente. No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. (Lê):

"Durante o ano de 1968, um dos anos de ouro do pretense "milagre brasileiro", deu-se no Brasil no setor educacional, um fato surpreendente e sem precedentes: refiro-me à extraordinária expansão do ensino superior.

Há que se compreender, no entanto, o sentido dado à palavra "expansão" neste caso particular; efetivamente, animado com os indícios positivos de uma possível recuperação econômica que o País momentaneamente apresentava, o número de faculdades, principalmente as particulares, cresceu vertiginosamente, numa verdadeira explosão que, além dos grandes aglomerados urbanos, logrou atingir também os pequenos municípios, alguns de porte econômico e financeiro considerado rudimentar.

Tal crescimento, desigual, já que as faculdades oficiais vinham definhando lentamente, inclusive diminuindo o número de vagas em vários cursos, encontrou o seu fim pelos idos de 1972, refletindo o início do descalabro econômico e social que vige atualmente, revelando o próprio descalabro das autoridades federais com relação a esse setor, ao qual passaram a imprimir

um ensino alienante, desvirtuando as características essenciais de um ensino crítico, que lhes não interessava.

Os problemas que advieram com o aumento do número de faculdades, superaram em muito as vantagens que, à primeira vista, poder-se-iam imaginar; se o crescimento foi vertiginoso, não menos vertiginosa e caótica foi a queda da qualidade de ensino, deformada pelo tipo de crescimento baseado na concorrência, e em razão de que muitas faculdades foram criadas levando-se em conta apenas a conveniência e interesse de lucro dos seus proprietários, sem preocupação real com a demanda do mercado de trabalho.

Atualmente, deficitárias, grande parte destas faculdades particulares, que representam 75% do ensino superior no Brasil, sobrevivem apoiadas apenas em verbas suplementares do MEC, ou em abusivas mensalidades que ultrapassam um muito o poder aquisitivo dos seus alunos. Esta última causa é aliás, motivo da evasão escolar, cujos índices vem crescendo assustadoramente nos anos que passaram.

Evidentemente, que em toda esta conjuntura, houve extraordinariamente omissão por parte do Governo Federal, devendo-se a ele, através de uma política de excessiva liberalidade na aprovação do licenciamento de novas faculdades, a situação atual de pré-falência das mesmas, bem como, do baixo nível de ensino que apresentam.

Esqueceram-se as autoridades competentes, em muitos destes casos, que no processo educacional, além de uma natural preocupação relativamente ao ambiente escolar, tem que haver outra preocupação, essencial à formação de profissionais qualificados que é o papel de agente formador, preparando o estudante para a sua atuação na sociedade. Ao se ter em vista estes dois pontos fundamentais, está se favorecendo a elevação do nível de ensino, indispensável à promoção social do indivíduo e de toda a comunidade, por consequência, na qual se situa a faculdade.

Foi justamente da ponderação destes dois requisitos de destacada importância, que foi criada a Fundação Municipal de Ensino Superior de Campo Mourão - FUNDESCAM, evidenciando a preocupação dos seus fundadores com o ensino naquele município, e também de toda aquela vasta região.

Desde a sua fundação, a FUNDESCAM tem contribuído com o seu trabalho inestimável, crescendo junto com o município e com a região, atendendo a um grande contingente de estudantes, e oferecendo-lhes 6 cursos superiores reconhecidos (Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Administração de Empresas, Letras, Pedagogia e Estudos Sociais), preparando a juventude que será o futuro promissor daquela rica

região do nosso Estado.

Atualmente, o Município de Campo Mourão caracteriza-se por vir apresentando um dos maiores surtos desenvolvimentistas no cenário estadual; e, justamente, tal crescimento, além de econômico, vem-se refletindo também nos setores educacionais e cultural, bem demonstrando o potencial ali existente, no que concerne à capacidade de conscientização de sua população para os problemas brasileiros mais prementes.

Porém, para que tal desenvolvimento tenha sustentáculos fortes, impõe-se que além do espírito laborioso de seu povo, o Poder Público também dote suas instituições de meios que favoreçam essa expansão. E a faculdade, na qualidade de instituição intimamente vinculada às origens do desenvolvimento do município, tem a absoluta necessidade de verbas que permitam promover e incrementar este progresso. No caso da FUNDESCAM, as verbas, atualmente insuficientes, provenientes do próprio município, que não se encontra em condições de as majorar, põem em risco um trabalho que já dura há vários anos. Por este motivo, é indispensável que o Poder Executivo estadual, além das importantes prioridades expostas em seu plano de Ação, venha atender a uma velha aspiração, talvez a mais antiga da comunidade da região de Campo Mourão, aprovando o Projeto de Lei n. 26/83, autorizando deste modo que a Fundação Municipal de Ensino de Campo Mourão venha a se transformar em Fundação Estadual, sustentando, deste modo, o setor educacional, do qual decorrerão natural e dinamicamente os demais setores.

Além de tudo isso, o Parecer n.º 64/82, do Conselho Estadual de Educação, no Processo n.º 219/82, que esclarece as condições ali existentes que comportam plenamente sua transformação em Fundação Estadual.

Por todas as razões expostas, não haveria precisão de se apontarem ainda mais argumentos, com relação à consecução desta reivindicação, que não é só da população mourãoense, mas de todo o Vale do Piquirivai. Realmente as manifestações de apoio chegam-nos de toda a região, bem demonstrando a importância com que está sendo visto o referido projeto, que se encontra neste momento à apreciação do Governador José Richa.

Haveria, porém, mais uma ponderação a se fazer: a FUNDESCAM é também mantenedora do Colégio Agrícola de Campo Mourão, entidade educacional indispensável a uma região genuinamente agrícola como aquela, na qual deve haver e há, uma evidente preocupação com a formação profissional dos trabalhadores rurais; o resultado precípua desta orientação, é a melhoria das condições de trabalho e vida da população que

se integra neste meio rural.

E neste caso específico, também a FUNDESCAM vem pautando sua atuação, desenvolvendo excelente trabalho através do Colégio Agrícola, tendo, desde a criação deste último em 1979, formando mais de uma centena de técnicos agrícolas.

Aproveito os minutos finais deste pronunciamento, para agradecer de público todas as manifestações de apoio ao nosso projeto, relativo à estadualização da FUNDESCAM, manifestações que nos tem chegado das mais variadas entidades da região da COMCAM, que nos sensibilizam, e bem evidenciam o elevado espírito cívico característico de sua população."

Com muito prazer, concedo um aparte ao Senhor Deputado Augusto Carneiro.

O Sr. Augusto Carneiro - Solicitei um aparte, nobre Deputado, para me parabenizar com Vossa Excelência que ocupa a tribuna nesta tarde trazendo um tema de tanta importância, principalmente para a região que nós representamos, Vossa Excelência na área governista e eu na área de oposição.

Verdadeiramente a microrregião 12 deste Estado do Paraná como das mais produtoras regiões deste Estado, consequentemente tem colaborado não só com os cofres estaduais mas também com os cofres desta Nação, porque é uma região altamente produtora e é do produto da terra que esta Nação tem obtido o maior número de divisas. Por isso o projeto de lei que foi apresentado por Vossa Excelência e aprovado por unanimidade nesta Casa, o projeto de Lei n.º 26/84, que se acha com o Chefe o Poder Executivo para merecer dele a sanção, eu espero de que seja compreendido esse aspecto de se fazer justiça, porque sabemos que o nosso Estado terá alguma oneração na hora em que estadualizar a FUNDESCAM, que é Faculdade que funciona em Campo Mourão. Mas sabemos também que aquela região tem contribuído, como já disse, e faz jus a esse atendimento por parte do nosso Governo. Por isso, me parabenizo com Vossa Excelência que se pronuncia mais uma vez a respeito desse importante assunto para a microrregião de Campo Mourão, pois eu espero que o Governador do Estado tenha a sensibilidade e o espírito de justiça para poder sancionar este importante projeto de lei para a microrregião de Campo Mourão, e, assim, retornando e colaborando com o povo de toda aquela região, porque a Faculdade é em Campo Mourão, porém, atende toda aquela bacia do vale do Piquiri-Ivai, e, por isso, faz jus a um atendimento e a um sacrifício, quem sabe, por parte do Governo do Estado.

Espero que, a curto prazo, Sua Excelência o Senhor Governador possa en-

tender de que sancionando este projeto, estará colaborando com a microrregião de Campo Mourão e retornando aos trabalhadores e aos produtores daquela região alguma coisa de benefício. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. RUBENS BUENO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência e declaro de inteira justiça a colaboração que o Deputado Augusto Carneiro prestou no andamento deste projeto junto às Comissões Técnicas da Casa. Portanto, Vossa Excelência em todo o momento, deu contribuição decisiva para que esse projeto fosse aprovado.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa anuncia com satisfação a presença dos Senhores Vereadores do Município de alto de Lontra, João Maria de Liz, Altair Eduardo, Altair Fernandes, Gentil Borion. Como também anuncia a presença dos Senhores Vereadores de Guaíra, Vereador Osvaldino Silveira, Presidente da Câmara Municipal, Manoel Cuba e Manoel Silveira Barreto.

A Mesa consulta à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado? (falará o Senhor Deputado Fiori Luiz por 15 minutos e o Senhor Deputado Tadeu França por 15 minutos).

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Com a palavra o Deputado Fiori Luiz por 15 minutos.

O SR. FIORI LUIZ - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Diante do quadro de impunidade em que vive o País, em meio ao lamaçal de corrupção e desmandos do Governo do PDS, a nível federal, surgiu uma luz de firmeza e idoneidade, de moralidade pública.

A decisão do Governador José Richa ao afastar os dois Secretários, envolvidos, foi um oásis de seriedade administrativa em meio às trevas que envolvem o Governo militar do PDS.

O Paraná acompanhou todo o desenrolar e aguardava a decisão final do Senhor Governador e essa decisão veio de encontro do anseio da opinião pública do nosso Estado. Mesmo não se provando nada contra a honestidade do ex-Secretário das Finanças, o Governador José Richa teve a lucidez e a coragem de assumir uma postura histórica na última sexta-feira, à noite. O exemplo dado pelo Governo do Paraná, é um alento a todos aqueles que lutam a favor da decência, da firmeza e da probidade administrativa.

O Paraná inteiro acompanhou o dia das discussões, dos debates. Nada foi sonega-

do. A imprensa teve livre acesso para vasculhar documentos e cobrir as sessões, ao vivo, desta Assembléia. Nada foi ocultado, nada foi decidido atrás de bastidores como sempre ocorreu nos últimos 20 anos aqui no Paraná e no Governo Federal.

Que o exemplo do Governador José Richa possa ter um efeito multiplicador, que os ares de austeridade possam chegar aos Palácios e Ministérios de Brasília; que bom seria se os homens que desgovernam esse País tivessem a mesma hombridade e a mesma dignidade de assumirem posições como a que assumiu o Governador José Richa.

Mas, infelizmente, o Governo do PDS prefere escamotear a verdade, ocultar a verdade, encobri-la e locupletar-se nas safadezas dos grandes escândalos financeiros que o País todo acompanha.

O povo sabe distinguir as coisas. O povo conhece quem é sério e quem não é sério. O Paraná restaurou a dignidade da administração Pública. Deu exemplo histórico para o Brasil. Este mesmo povo espera agora que exemplos assim sejam copiados pelo Palácio do Planalto. Que Figueiredo deixe de fazer Turismo às nossas custas, como está fazendo agora ao visitar o Japão e a China, gastando o dinheiro do nosso imposto, o dinheiro sagrado do imposto do trabalhador brasileiro, para levar a sua "staff" de turismo; que o Figueiredo deixe de viajar e gastar às custas do povo brasileiro e que assuma posições como a que assumiu o Governador José Richa.

O que esperamos é que o exemplo histórico do Paraná chegue até Brasília. Se aqui o Governador afastou dois Secretários, mesmo não se provando nenhum ato de corrupção, já é hora de o Governo militar do PDS, colocar na cadeia homens como Paulo Maluf, Mário Andreazza, Delfim Netto, Amauri Stabile e outros grandes ladrões desta Nação.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira - Erasmo Garanhão.

O SR. FIORI LUIZ - Se se provar corrupção contra Erasmo Garanhão, posso adiantar, Deputado, que ele vai se filiar no PDS que lá seria o lugar dele.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Pode deixar, que ele está muito bem situado no seu Partido, que é o Partido do escândalo dos dólares no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - (Faz soar os tímpanos).

A Mesa solicita aos Senhores Deputados que ao pretender apartear o seu colega que está na tribuna, o faça de maneira regimental.

O SR. FIORI LUIZ - No Governo do Paraná

não existe espaço para demandas. Aqui a seriedade chegou em 15/11/82 e veio para ficar. Para aqueles que posam de democratas, de paladinos da moral e dos bons costumes nesta Casa, queremos lembrar que existe aqui na Assembléia, uma CPI da Corrupção, com mais de 84 processos de corrupção comprovada, todos envolvendo pessoas do Governo anterior, o General Ney Aminthas de Barros Braga.

Portanto, nunca é demais lembrar que a atitude de Richa causou estranheza a muitos, porque muitos não estão acostumados com medidas justas, sérias, corretas, de firmeza, de decência, de hombridade. É evidente que isso chegou a causar estranheza. Mas o Governador José Richa deu um exemplo histórico para o País, ao afastar os dois Secretários envolvidos no problema dos dólares, sem se provar a corrupção de A ou B.

Que bom seria se esses exemplos fossem seguidos pelo desgoverno do PDS, desgoverno que muitos Deputados, não a maioria nesta Casa, teima em sustentar politicamente, por isso, também são coniventes.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Tadeu França, por 15 minutos.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Saudamos os Vereadores que dentro de mais um pouco de tempo, haverão de estar reunidos em congresso nacional. O Vereador, a Liderança que vive o dia a dia bem próximo, inserido nos problemas comunitários. O Vereador é a Liderança que mais de perto testemunha o drama do desemprego, das dificuldades, o drama de nossas maiorias cada vez mais oprimidas, de nossos irmãos brasileiros cada vez mais sem terra. Enquanto prossegue o festim do latifúndio e das terras brasileiras progressivamente mais entregues às mãos dos grupos internacionais.

É por esta razão, Senhores Deputados, que nós não poderíamos deixar sem registrar a presença expressiva dos legisladores municipais em nossa cidade, dizendo-lhes, que aguardamos o trabalho cada vez mais coerente, mais construtivo e valorização deste trabalho - humilde - de estrada a estrada, de gleba a gleba. mas que representa num país de vazio de delegações de fato, um ecletismo que a todos, realmente, causa admiração.

O Vereador consciente e responsável, é, sem qualquer dúvida, o bravo militante do soerguimento nacional, porque ninguém como ele, conhece de perto as chagas, as dores dos problemas, os anseios de nossa

gente. E nós Parlamentares, devemos reconhecer, é das nossas Câmaras Municipais que surgem em grande parte as vozes que nós traduzimos desta tribuna, porque, é da militância municipal, o ponto de partida de todas as demais esferas.

Registramos ainda na condição de Presidente da Comissão de Educação desta Assembleia Legislativa, a nossa gratidão pela forma que o Reitor da Universidade Estadual de Londrina, Doutor Marco Antônio Fiori, pró-Reitores, Diretores de Centro, Professores e Acadêmicos nos acolheram na última sexta feira, mostrando a todos nós o perfil da universidade do interior, Londrina, com uma pujante Universidade, com problema sim como tantas outras, mas dizendo sim ao momento educacional universitário a nível regional do Paraná.

As propostas da Universidade em termos de se consolidar uma área experimental especificamente para ciência agrária, a proposta da Universidade em termos de conseguir equacionar os seus problemas financeiros sempre mais e mais postergados em nome do caos inflacionário, nós pretendemos registrar como propostas que passaram a ser nossas, de nós todos parlamentares do PMDB e do PDS, que temos a honra de integrar a Comissão de Educação nesta Casa de Leis.

É por esta razão que dentro da proposta levantada em boa hora pelo Deputado Adnail Sprenger Passos, no sentido de interiorizar a Comissão de Educação, nós anunciamos que esta foi a primeira visita, o primeiro encontro, a primeira oportunidade de debates para que a política estadual a nível educacional venha a ser de fato um reflexo vivo nas aspirações comunitárias regionais, em termos de metas educativas que devem ser perseguidas.

Em Londrina ainda sentimos de perto através do depoimento de professores, as dificuldades vividas por uma ala de professores do Paraná, que são os mais antigos, os professores que se aposentam ainda antes da vigência do Estatuto do magistério, sentindo em cada ponto do Paraná, onde quer que nós encontremos a figura dos decanos da educação paranaense. A eles nós endereçamos o nosso apelo.

Podem esses professores o direito de serem reconhecidos como aposentados, mas professores. Porque como não havia Estatuto do Magistério, ao se aposentarem esses professores perderam até mesmo a sua identificação como professor.

É por esta razão que além dos prejuízos econômicos dos mais antigos professores do Paraná, que infelizmente são tratados de uma forma diferente com relação aos não-aposentados, nós, pretendemos enfatizar nosso anseio de levar ao Governador e à Secretaria de Estado da Educação, a

preocupação de se regulamentar num quadro único dentro do setor do magistério a situação de todos os aposentados do Paraná.

Da mesma forma, a preocupação vivida por nada menos que dois mil professores paranaenses foi-nos trazida em Londrina, e é por esta razão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós queremos apelar para que, através de um instrumento legal, nós reconheçamos que o professor do Paraná, que historicamente tem recebido remuneração tão escassa em que pese toda a programação em termos de incentivo salarial, que esse professor seja reconhecido em seus direitos; que nós tenhamos coerência, sintetizando as aspirações das lideranças comunitárias, dos órgãos de classe do Magistério, que nós façamos como que seja colocado um fim no quadro de professor batedor de estrada, que está viajando 100, 200, 300, 400, 500 quilômetros, para poder ministrar as suas aulas.

Nós, como parlamentares, que nos orgulhamos de sintetizar as aspirações do momento, devemos sim reconhecer que não é justo e nem humano ao professor, que não pode de forma alguma dispensar um padrão, cuja remuneração é pequena, é escassa, no momento em que aquela opção de trabalho representa uma resposta a uma formação a nível universitário, não pode o titular de educação, até mesmo na alternância não regulamentada dos concursos públicos liberasse de uma oportunidade de trabalho.

E é em nome desses dois mil professores, que são veteranos na educação, de quem se cobra o estágio probatório que, para nós não tem o menor sentido porque tiveram eles quase que uma vida inteira voltada à educação, que nós estamos pedindo, insistentemente, a todos os nossos colegas Deputados que façamos com que o Governo do Estado, através de um projeto de lei

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Agradeço a Vossa Excelência, eminente Deputado Tadeu França, e apenas reafirmar a posição individual deste parlamento e a posição coletiva da Bancada do PDS no sentido de dar total apoio a Vossa Excelência no seu projeto de lei.

Já que o Governador José Richa não tomou as providências necessárias para resolver este grave problema dos educadores paranaenses, não tomou, eminente Deputado, quando poderia ter tomado a mesma iniciativa que Ney Braga tomou ao início do seu Governo, quando resolveu o problema em razão de um apelo formulado nesta Casa pelo Deputado Erondy Silvério, então líder do Governo, e por este Parlamentar, através de um Decreto, Sua Excelência, o Governador Ney Braga, deixou sem efeito as dispo-

sições de ordem administrativas da Secretaria da Educação que obrigava os professores com um padrão terem que se deslocar seiscentos, setecentos quilômetros. Ali, Sua Excelência agiu com bom senso; e a decisão administrativa de um Governador deve ser calcada, antes do que na lei, no bom senso.

Eu esperava que o Governador José Richa atendesse o apelo desta Assembléia Legislativa em requerimento que formulei e que obteve o voto favorável de Vossa Excelência e da ilustre Bancada do Governo nesta Casa. Entretanto, como o Paraná está parado, como o Paraná não vê ação do Senhor Governador do Estado, faz muito bem Vossa Excelência de trazer este assunto à Assembléia Legislativa, e através de projeto de lei irretocável, Vossa Excelência soluciona os problemas desses dois mil abnegados mestres que estão sofrendo - e mestre sofrendo não pode dar boa educação, e mestre sofrendo faz sofrer a juventude, faz sofrer o pai, faz sofrer a comunidade paranaense.

Meu parabéns a Vossa Excelência e a certeza de que estaremos juntos na votação do seu projeto.

O SR. TADEU FRANÇA - Nobre Líder do PDS, Deputado Luiz Alberto Oliveira, o meu agradecimento pelas suas palavras e a certeza, Senhores Deputados, de que o reconhecimento desta situação ...

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Tadeu França, primeiro desejo solidarizar-me com a saudação feita por Vossa Excelência aos mais próximos representantes do povo do Paraná e do Brasil: os Vereadores. Sem dúvida nenhuma, hoje, Curitiba está de festa porque recebe os representantes diretos de uma população sofrida, esquecida pelos governos que desgovernaram esta País durante vinte anos de arbítrio, de ditadura e de falcatruas.

Os Vereadores sentem diretamente o drama da população sofrida do interior do Brasil. Solidarizo-me ilustre Deputado, com a saudação e com a homenagem que Vossa Excelência prestou ao Vereadores, porque sei mais do que nunca, a classe política necessita e precisa de união, de se encontrar e discutir os problemas na Nação, porque é através das colocações múltiplas e diversificadas, que nós encontraremos o bom termo e o caminho correto para podermos realmente encaminhar esta Nação para a reconquista do pleno estado de direito.

Este pleno estado de direito, ilustre Deputado, que nos foi roubado pelas armas e mantido pelas armas, mas o direito have-

rã de prevalecer como prevalecerá sempre a justiça, mas desejo também, ilustre Deputado, solidarizar-me com o seu posicionamento e a sua luta e até com o seu sofrimento, porque Vossa Excelência tem sido grande maestro e porta voz das reivindicações dos professores do Paraná, sei que a bancada do PDS se solidariza, até por conveniência, porque é justa a sua proposta e é justo o seu projeto.

Mas quando eles tiveram nas mãos os poderes todos se desmandaram na área da Educação, como se desmandaram em todas as outras áreas, o Paraná tem trajetória de insensibilidade no campo da Educação praticada pelo PDS e quando o seu ilustre Líder da Bancada do PDS, diz ou fala em imobilismo do Governador José Richa, é porque ele não conhece o que é trabalho nem o que é decência, nem dignidade, de um homem que foi eleito para representar com grandeza e com competência o povo do Paraná e assim está fazendo o Governador José Richa.

Muitos têm sido os exemplos, já dados à história do Paraná, por este Governador eleito pela grande maioria e este último mostrou a transparência e a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa Comunica ao orador que se encontra na tribuna, que seu tempo está esgotado e concede-lhe um minuto para concluir.

O Sr. Deputado Alencar Furtado - Ilustre Deputado, agradeço o aparte e lamento profundamente não poder concluir o meu pensamento, mas meus parabéns e eu estou com Vossa Excelência, votarei o seu projeto incondicionalmente.

O SR. TADEU FRANÇA - Muito obrigado, nobre Deputado e a certeza Senhores Deputados, de que sempre que nós tivermos sensibilidade para responder aos problemas, aos dramas, aos sacrifícios de nossos trabalhadores, nós haveremos de estar nos engrandecendo coerente com a missão representativa pela qual nós aqui estamos.

Quando vemos a sensibilidade do nosso governo em torno de um projeto mutirão, levando alento à favela a esperança da casa que nem sequer candidato poderia ser aos projetos pelo BHN, nós jamais haveremos de deixar de ter esperança de que os professores, os aposentados mais velhos e no caso específico os peregrinos da estrada, venham a ser reconhecidos porque o que eles querem são condições humanas de trabalho.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulta à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Por 5 minutos o eminente Deputado Erondy Silvério, após o que farei uso, Senhor Presidente, do restante do tempo.

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) - Com a palavra o Senhor Deputado Erondy Silvério, por cinco minutos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Em primeiro lugar, quero saudar meus companheiros de Partido, Vereadores e também Vereadores do PMDB, que honram esta Casa hoje com suas visitas.

Quero dizer do meu apreço que tenho pelo Vereador, o elo mais próximo de ligação entre o povo e o Poder Executivo, na realidade o Deputado, tanto Estadual, com Federal, Senador, nada seriam sem o trabalho inestimável do Vereador junto às bases eleitorais, ele é na realidade o homem que sente as angústias, as dificuldades, os anseios do povo, para transmiti-los ao Governo.

É, o elo mais próximo entre o povo e o Poder.

Rapidamente, Senhor Presidente, não quero tomar o tempo do nobre Líder da nossa Bancada e que gentilmente me cedeu 5 minutos; para discordarmos de duas colocações feitas nesta Casa na tarde de hoje. A primeira do nobre Deputado Alencar Furtado, quando ele diz que o Líder do nosso Partido adere ao projeto de lei do nobre Deputado Tadeu França, por conveniência. Que quando o PDS - e aí também se costuma sempre generalizar, que quando o PDS esteve no poder, nada fez com relação a este assunto. Engana-se nobre Deputado, porque o Governador Ney Braga, através de Decreto, deixou sem efeito aquelas remoções adotadas no Governo anterior. E o fez por solicitação da nossa Liderança, por solicitação da nossa Bancada, porque nós conhecemos a Constituição e conhecemos a lei. Sabemos que não poderíamos apresentar um projeto de lei, como fez o nobre Deputado Tadeu França; que sem entrar no mérito de seu projeto, nós entramos no aspecto legal, que é totalmente inconstitucional. É um projeto de lei que nunca pode ser votado por esta Casa e muito menos apresentado por um Deputado, porque trata-se de um projeto de lei que visa modificar o Estatuto do magistério e não o poderá ser de forma como ele fez porque viola flagrantemente o artigo 100 da Constituição Federal e o artigo 25 da Constituição Estadual.

Por esta razão, a nossa bancada não o apresentou em tempo o projeto de lei, na legislação anterior.

Não vou referir ao acaso da corrupção das notas verdes. As notas verdes são os dólares. Não vou me referir, porque o nos-

so Líder dissecará a matéria e o relatório da Comissão Especial.

Apenas quero deixar meu protesto pela maneira debochada, irreverente, malcriada com que o Deputado Fiori Luiz trata os homens do PDS. Sua Excelência está acostumado com esta linguagem do baixo meretrício de Londrina, que não vai usar aqui na Casa do Povo. Aqui na Casa, onde mourejam homens de bem; homens que têm respeito pela comunidade do Paraná. Nós não podemos mais continuar ouvindo os deboches, os achincalhes desse Deputado, que acusa sem nenhuma base. Eu já o desafiei a trazer aqui uma prova, uma só prova de corrupção do ex-Governador Ney Braga, até hoje ele não o fez; mas em todos os seus pronunciamentos ele taxa de corrupto o ex-Governador Ney Braga. Um homem a quem tanto deve o Paraná e a quem tanto deve a Nação. Nos não podemos concordar, Senhor Presidente, que se repitam fatos dessa natureza nesta Casa. Onde Deputado desprezando a ética parlamentar vem com linguajar, repito, debochado, irreverente, malcriado, dar demonstrações da sua falta de educação e do seu despreparo para o exercício da função parlamentar.

Era só. (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, por cinco minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quer a Bancada do PDS, saudar a todos os Parlamentares a nível municipal, que no Norte, no Sul, no Litoral, no Centro, em todos os quadrantes de nosso Estado, tem a difícil e espinhosa missão de representar o povo nas comunas municipais. E que declarar também, a solidariedade do nosso Partido, às tentativas dos Vereadores municipais, em estabelecer as igualdades e as prerrogativas parlamentares aos legisladores municipais.

Da mesma forma, que o PDS informa aos Senhores Vereadores, que nesta legislatura apresentou já projeto de lei que visa dar ao Presidente da Câmara, as mesmas condições de responsabilidade e de igualdade na verba de representações com os Senhores Prefeitos Municipais.

Projeto de lei complementar, apresentado por este parlamentar, aprovado por unanimidade desta Assembléia e lamentavelmente vetado pelo Governador José Richa.

Entretanto, mesmo após o veto do projeto que visava dar melhores condições, aos senhores Vereadores, feito pelo Chefe do regime do PMDB no Paraná, este ano, voltamos a apresentar o projeto, e esperamos que agora o Governador do Estado acorde para esta realidade e possa sancionar o projeto

de lei que esta Assembléia aprovou o ano passado e certamente irá aprovar nesse exercício.

O Paraná, Senhor Presidente, e Senhores Deputados, não merecia ouvir e assistir a encenação melodramática do Senhor Governador!

O Paraná, dos homens dignos, honrados, que constituem o cadinho, de todas as raças, o povo mais trabalhador, desta nação assistiu um triste espetáculo, de um Governador gaguejante, titubeante, que tentou mais uma vez, embair a opinião paranaense!

Mesmo compreendendo as razões pessoais do Governador, e respeitando a sua dor, é preciso dizer desta tribuna que o 1.º Mandatário Estadual faltou com a verdade, sonnegou informações, e pior, leu apenas um parágrafo, ao invés de pronunciar-se sobre as conclusões da Comissão de Alto Nível. Na verdade o Governador José Richa, pinçou apenas alguns pontos, aqueles que eram mais convenientes, na tentativa de salvar a sua imagem, e isso fez propositadamente, mesmo que para isso, tenha apresentado uma imagem nervosa de argumentos pífios, que não condiz com a tranqüilidade, aparente e permanente do Senhor Governador.

Disse coisas estarrecedoras, o Chefe do Regime PMDBista do Paraná, afirmando que decidiu politicamente nos escândalos dos dólares, que causou um prejuízo, segunda a Comissão de Alto Nível de mais de dois bilhões e setecentos milhões, aos cofres públicos do Estado!

Agiu politicamente, afirmou ele, sobrepondo o aspecto político aos aspectos administrativos e morais. Seria melhor que Sua Excelência dissesse que agiria penalmente, pois tinha elementos no Relatório da Comissão de Alto Nível, que o habilitavam a tomar as providências legais para enquadrar os responsáveis pelos prejuízos causados ao povo e colocar na cadeia, que é o lugar para onde deve ir quem age sem falta de exatidão no cumprimento de seu dever legal!.

É essa a atitude que se pretendia de quem tem a responsabilidade única de conduzir o Estado, de decidir sobre o futuro de milhões!

Se falseia, se sonega, se tripudia, se engana, então como será o futuro do Governador José Richa.

Não, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o episódio não se encerra na melodramática apresentação através do vídeo. Ele terá todos os desdobramentos que a dignidade do povo do Paraná exige com a apuração dos responsáveis e com a pena para aqueles que forem culpados.

Como Sua Excelência nos sonegou informações valiosas, como sonegou à sociedade

do Paraná toda a verdade que ela tem o direito de saber.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para uma ratificação com relação ao que Vossa Excelência está a afirmar.

Sua Excelência o Governador do Estado não sonnegou nenhuma informação, porque ao mesmo tempo em que ele fazia seu programa na televisão que reputo de uma necessidade a toda prova, ao contrário do pensamento de Vossa Excelência, ao mesmo tempo ele determinava, a quem sabe Vossa Excelência não tenha conhecimento dessa determinação de Sua Excelência.

Determinava que o relatório da Comissão de Alto Nível fosse publicado no Diário Oficial do Estado. O que está sendo feito hoje na edição desta Casa.

Portanto, não está sonegando à opinião pública nenhuma frase contida no relatório na Comissão de Alto Nível, ao contrário que Vossa Excelência está afirmando.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência. Só refaço o seguinte raciocínio. Quantos mil exemplares tem o Diário Oficial? Cinco mil, 10 mil, talvez, 20 mil.

Circula o Diário Oficial aonde? Nas repartições públicas.

Ele é usado como instrumento de trabalho para os servidores públicos estaduais.

E quantas pessoas ouviram, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quantas ouviram o pronunciamento do Senhor Governador do Estado na televisão, que custou mais de 150 milhões de cruzeiros aos cofres públicos?

Quantos, Senhor Presidente?

Isto não é sonegar ao grande público, ao povo do Paraná? Como o Vereador de Salto do Lontra; como o eleitor de Barracão, homem simples da beira do Rio Paraná vai ler o Diário Oficial com a conclusão da Comissão?

Ora, isso é querer tripudiar sobre a inteligência do Paraná, com uma informação desse tipo.

Em razão disso, estamos apresentando requerimento para que seja encaminhado à Assembléia Legislativa, o relatório conclusivo e todos os documentos que compõem o amplo dossiê elaborado pela Comissão, que segundo se informa, já tem mais de 800 páginas.

Decidiu o Governador pelo aspecto político colocando em segundo plano, segundo ele mesmo afirma, os aspectos morais e administrativos.

É esta a decisão que se esperava de um homem público que deve ter consciência que

qualquer decisão política é sobretudo baseada no fundamento moral, Sr. Presidente e Srs. Deputados?

Qual o crime que comete um Governador do Estado em não dizer a verdade toda? Em pinçar dados de um relatório conclusivo, segundo as suas conveniências?

Esta Assembléia tem agora o direito de ir a fundo para uma apuração dos fatos. Não se pode deixar enganar por uma encenação patética, falsamente chorosa para tentar comover a opinião pública, para tentar mostrar quão pesaroso estava por ter que demitir um grande amigo, tão amigo, digo, grande amigo, um amigo tão amigo que churrasqueava na sua casa ao lado do dono da Corretora Lemann, exatamente o cidadão que na Comarca de S. Paulo está sendo processado pela 2.^a Vara da Justiça Federal como estelionatário, como quem praticou o crime de apropriação indébita, como quem mantinha na Corretora Cabral e Menezes Caixa 2; sonegava documentos do Imposto de Renda e, sobretudo, pegava dinheiro de pessoas que economizavam, em São Palo, para aplicar em títulos do Governo e ele ficou com o dinheiro e não entregava o título. Não; o nervosismo aparentado pelo Sr. Governador José Richa provinha de uma outra causa: a verdadeira face do seu Governo estava desnudada; nada da tão apregoada austeridade, nada da sua tão apregoada transparência; na verdade, Paraná, nada de nada. O nervosismo de Sua Excelência provinha de seu desespero ao mostrar a verdadeira face do seu Governo após ter caído a máscara da honestidade e da austeridade.

Montou o Governador uma rede de televisão gastando dinheiro do povo para mostrar a versão dos fatos que mais convinham aos seus interesses. Por que em uma meia hora de duração do programa não apresentou, na íntegra, o relatório conclusivo da Comissão? Deveria ter feito isso, mas não fez, preferiu verter lágrimas de jacaré na tentativa vã de comover a todos pelo sofrimento que dizia estar sentindo. Pobre sofredor, não sabia ele as coisas que se passavam bem debaixo de seu nariz. Se não sabia, então, onde o seu preparo e a sua responsabilidade pra administrar este Estado?

Diz que logo que tomou conhecimento das irregularidades, tratou de constituir uma Comissão de Alto Nível. Não se pode aceitar que só em 02 de maio, quando nomeou a Comissão é que tenha tomado conhecimento que havia irregularidades; irregularidades essas que começaram a ocorrer, exatamente, no mês de outubro de 1983.

Vejam, Srs. Parlamentares, que Governador que temos, que só toma conhecimento da irregularidade praticada em outubro, concretizada em dezembro, só no mês de maio. E janeiro? E fevereiro?

E março? E abril? Quatro meses o Sr. Governador do Estado levou para acordar do seu sono, e para ver que o Paraná estava sendo dilapidado em dois bilhões e setecentos milhões de cruzeiros.

Pondo os pés pelas mãos começa-se a emaranhar num cipoal de contradições já desde a constituição da tal comissão, nomeando para dirigi-la, quem estava sabidamente impedido de fazê-lo.

Isto o Governador não comentou em sua fala, preferindo silenciar sobre o fato de tamanha gravidade. Não se referiu ao fomedável erro que incorreu. Nada falou sobre a renúncia de Oto Sponholz, por decisão do Conselho da Ordem dos Advogados do Paraná. Omitiu esse fato, como tantos outros que constam expressamente no relatório fornecido pela Comissão de Alto Nível, que ele mesmo nomeou. O que diz o relatório? O relatório diz muito; que o Governador deliberadamente omitiu a opinião pública do Paraná. Ele não disse que a Comissão concluiu entender que o seu amigo, Secretário Garanhão, não podia aceitar a alteração unilateral, da taxa exigida pela Lemann, como intermediação, sem submeter o assunto à decisão final do Governador do Estado, por implicar no comprometimento do Tesouro Estadual.

É o que disse a Comissão nomeada pelo Governador. Concluiu ela, depreende-se que a alteração unilateral da taxa de comissão, não ocorreu por iniciativa do Midland Montagu, mas por uma exigência do Agente Corretor da Lemann Ltda. afirma a Comissão, que a taxa de 7% estava efetivamente fixada no modelo da Carta enviada à Secretaria das Finanças pela Montagu, e que negar conhecimento do texto elaborado pela Montagu seria pueril.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui estava o Secretário das Finanças, naquela mesa ele disse alto e bom som, que a Carta da Montagu, que queria cobrar 7%, não era carta, que era apenas um rascunho, mas não chegava a ser uma proposta.

O que diz a Comissão do Governador José Richa?

Diz que era uma carta, mais do que uma carta, era um contrato epistolar regulamentado pelo Direito Civil e pelo Direito Comercial Nacional. E equivale dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Secretário das Finanças rompeu unilateralmente uma cláusula do contrato, que deu um prejuízo ao Estado, em valores corrigidos de 150 milhões de cruzeiros.

É mais ou menos a mesma coisa, que nós buscamos um corretor para fazer a tramitação burocrática da renovação da nossa Carteira de Motorista, e após termos acertado com o dono, com o despachante, um preço de 50 ou de 100 mil cruzeiros, aceitarmos depois de um funcionário do despa-

chante, pagamos 200 ou 300 mil cruzeiros. Se nós particularmente fizemos isso nós seremos considerados tolos, agora, se um administrador público tem essa atitude, o que ele precisa é ser responsabilizado penalmente. Tem que devolver o dinheiro aos cofres públicos, para que aí sim se restaure a moralidade neste Estado. Moralidade tão contada na campanha, e lamentavelmente, está escondida no atual Governo apesar de algumas pessoas, na tentativa vã de defender do Governo do Estado, procuram justificar os seus erros, transferindo aos erros do Governo Federal. Ora, Srs. Parlamentares, esse é o raciocínio que agride a consciência de cada um. Então é possível errar aqui só porque o Governo é do PMDB. Então, Sr. Presidente, o crime não é crime no Governo Federal como é crime no Governo do Estado.

E era este homem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que exonerou Léo de Almeida Neves? Que não deu importância à Bancada do PMDB? Que posou de técnico competente nesta Casa? E que a Comissão diz claramente que ele foi negligente, omissos e imprudente.

Que quer mais o Sr. Governador se ele sabe que essas três figuras estão escritas e tipificadas no Código Penal como crime contra a administração pública.

E era este homem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que pretendida processar este Parlamentar, porque teve a coragem de, na tribuna da Assembléia, por ocasião de uma CPI da FUNDEPAR, denunciar há mais de um ano atrás que o Secretário das Finanças havia subtraído um bem público móvel, um telefone da FUNDEPAR para levar para sua residência particular. Isto é, tirou aquilo que estava servindo à educação, servindo ao serviço público, e levou para sua residência para seu serviço, para o serviço de Sua Excelentíssima família, e também dos seus fiéis e dedicados empregados domésticos. E afirmei naquela ocasião, quando respondi no Tribunal de Justiça que confirmava integralmente aquilo que havia dito nesta Casa, que para mim tanto fazia um deslize ter custado um bilhão quanto um milhão...

O SR. PRESIDENTE - A Mesa comunica ao orador que ocupa a tribuna que seu tempo está esgotado e concede-lhe mais um minuto para concluir.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - E lamento, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que tenha percebido eu, um modesto Deputado do interior, antes que o Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, que o seu homem de confiança era uma pessoa despreparada e desqualificada para o exercício das altas funções de Secretário de Estado das Finan-

ças.

O Paraná não merecia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o constrangimento de ver o primeiro mandatário de nosso Estado nervoso, gaguejante, titubiante na televisão. Mas o Paraná exige, pela confiança dos homens sérios, que se devolva o dinheiro e que penalize os responsáveis.

Muito obrigado Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - (Pela ordem) Sr. Presidente, é apenas para solicitar que seja registrado nos Anais da Assembléia o comportamento antidemocrático do Líder do PDS, quando vai à tribuna faz um monólogo e dá a sua palavra como a verdade definitiva e não permite o diálogo.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa informa lamentar não poder acatar a palavra "pela ordem" levantada por Vossa Excelência, porque os Anais da Casa já registram os pedidos de aparte e a negativa com a justificativa do orador que se encontra na tribuna.

A Mesa anuncia com satisfação as presenças em plenário dos Srs. Vereadores de Guaporema, José Rodrigues da Silva, Ademir Tasca, Diomedes de Souza, José Carlos Cardoso, José Florêncio de Oliveira e José Costa.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Embora Vossa Excelência já tenha "não recebido" a questão de ordem levantada pelo eminente Deputado Osvaldo Alencar Furtado, eu solicitaria a Vossa Excelência que mandasse expungir da ata o termo "anti-democrático" quando um Deputado faz uso da tribuna, usando-a perfeitamente dentro do Regimento Interno desta Casa.

Era esta a solicitação.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa responde a Vossa Excelência que não há necessidade destes registros porque as notas taquigráficas já anotaram e eu só posso mandar expungir das notas taquigráficas quando são palavras descortezes ou anti-regimentais.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Apenas para agradecer a decisão sábia da Presidência, porque jamais admitira que o que eu disse neste Parlamento, fosse expungido das notas taquigráficas ou dos registros dos Anais desta Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Irondi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO - 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 143/83, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de utilidade pública o "GRUPO ESPÍRITA ALLAN KARDEC", com sede e foro na cidade de Maringá. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO - 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 241/83, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de utilidade pública a "GUARDA MIRIM DE ASSIS CHATEAUBRIAND", com sede e foro na cidade do mesmo nome. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO - 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 262/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que dá nova redação ao artigo 131 do Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, conforme especifica. (Assegura vantagens funcionais ao servidor em exercício de mandato eletivo Federal e Estadual). Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO - 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 14/84, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAMPO MOURÃO", com sede e foro na cidade de Campo Mourão. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO - 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 15/84, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que declara de utilidade pública a COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA BOM PASTOR, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO - 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 17/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de utilidade pública, a "ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DO PARANÁ", com sede nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO - 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 32/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 85/84), objetivando auto-

rizar o Poder Executivo doar ao Município de Xambrê as datas números 18 e 19, da Quadra 24, havidas pelo Estado por doação do referido município, conforme especifica. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO - 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 52/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO ARISTIDES DE ATHAYDE", com sede e foro nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO - 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 119/83, (Mensagem n. 102/83, ex-Proposição n. 88/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Termos Aditivos datados de 11/03/81, 11/06/81 e 09/06/82 ao Convênio celebrado em 11/11/80, entre o Estado do Paraná e o Município de Rio Negro objetivando a construção de um micro-sistema de abastecimento de água. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO - 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 120/83, (Mensagem n. 111/83, ex-Proposição n. 106/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado em 30/11/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Araucária, objetivando recuperação das matas ciliares das Bacias dos Rios Iguaçu e Passaúna. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO - 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 121/83, (Mensagem n. 114/83, ex-Proposição n. 109/83), oriundo do Parecer aprovado, por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o décimo Termo Aditivo de 28/06/82, ao Convênio celebrado em 02/10/75, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, Ministério da Agricultura e SUDESUL, que objetiva continuar serviços da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO - 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 122/83, (ex-Proposição n. 63/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de Contas da Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais da verba designada aos Senhores Deputados, do exercício financeiro de 1982. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO - 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 123/83, (Mensagem n. 153/83,

ex-Proposição n.º 140/83, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 08/07/83 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de Pontes. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO - 3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 124/83, (Mensagem n.º 152/83, ex-Proposição n.º 139/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado em 31/10/83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e o Município de Bocaiúva do Sul, objetivando aplicação de Recursos Financeiros da COMEC, nos Programas de Obras que especifica. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO - 3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 126/83, (Mensagem n.º 146/83, ex-Proposição n.º 134/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO - 3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 127/83, (Mensagem n.º 144/83, ex-Proposição n.º 120/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Pinhalão, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de Pontes. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO - 3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 128/83, (Mensagem n.º 143/83, ex-Proposição n.º 119/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado em 26/10/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Paranaíba, objetivando regular ampliação dos serviços de segurança contra incêndios e a prestação de socorros públicos. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO - 3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 130/83, de autoria do Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI, que denomina "DEPUTADO LUIZ GABRIEL SAMPAIO", o pequeno auditório (Plenarinho) da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Com parecer

FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 132/83, (Mensagem n.º 154/83, ex-Proposição n.º 141/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 241/83, celebrado em 13/10/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Janiópolis, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO - 3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 134/83, (Mensagem n.º 159/83, ex-Proposição n.º 145/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 13/10/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO - 3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 135/83, (Mensagem n.º 157/83, ex-Proposição n.º 143/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Grandes Rios e Santa Tereziinha, visando execução do "PROSAFRAS", exercício de 1983. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO - 3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 136/83, (Mensagem n.º 127/83, ex-Proposição n.º 127/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 10/08/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Guaíra e Matelândia, objetivando execução de obras públicas em conformidade com o "PROSAFRAS". - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO - 3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 03/84, (ex-Proposição n.º 34/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Tomada de Contas, que aprova as contas da Assembleia Legislativa do Estado, referente ao exercício de 1982. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO - 3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.º 77/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que extingue o período de estágio probatório ao Professor da Rede Estadual de Ensino, nas situações

que estabelece. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o mesmo, requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando a retirada por 01 (uma) sessão, o Projeto de Lei n. 77/83, que extingue o estágio probatório ao professor da rede estadual de ensino. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei Complementar n. 77/83 por 1 (uma) sessão.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 99/84, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que determina a sustação da denúncia crime n. 3/84, em que é indiciado o Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, na forma que especifica. **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 08/84, (Mensagem n. 45/84- ex-Proposição n. 57/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova 1.º Termo Aditivo de 25.10.83, ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira n. 137/83, celebrado em 06.05.83, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Kaloré, objetivando execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 09/84, (mensagem n. 62/84- ex-Proposição n. 67/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 05.01.84, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Loanda, objetivando a realização da XIV Exposição Feira Agropecuária e Industrial, na sede do referido Município. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 10/84, (Mensagem n. 80/84 -ex-Proposição n. 80/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Cambé n. 558/83 e Piraí do Sul n. 501/83, objetivando execução de obras para recuperação de estradas nos respectivos Municípios. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução

n. 11/84, (Mensagem n. 79/84- ex-Proposição n. 79/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento com interveniência da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul- SUDESUL, Municípios e objetivos que especifica. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 12/84, (Mensagem n. 77/84- ex-Proposição n. 77/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênios entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, objetivando construção de unidades sanitárias para atendimento hospitalar básico. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 13/84, (Mensagem n. 78/84 - ex-Proposição n. 78/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênios celebrados em 09.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, objetivando implantação de melhorias de infra-estrutura urbana. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 100/84, (Mensagem n. 91/84 -ex-Proposição n. 96/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado em 15.02.84, entre o Estado do Paraná, o Ministério dos Transportes e o Município de Curitiba, figurando como intervenientes a E.B.T.U., a Secretaria do Planejamento, a COMEC e o Instituto de Pesquisas e Planejamento de Curitiba, com os objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 199/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 126/83), que considera como área especial de interesse turístico conforme disposto na Lei Federal n. 6.513 de 20.12.77, área de terras descritas no Decreto Estadual n. 4.484/81. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 14/84, (Mensagem n. 36/84- ex-Proposição n. 39/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, em 26.11.83 e o Município de Telêmaco Borba,, objetivando regular implantação dos serviços de segurança contra incêndios e prestação de socorros públicos na área do referido Município. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 15/84, (Mensagem n.º 44/84, ex-Proposição n.º 56/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 24.11.83, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério do Interior, através da SEMA, objetivando proteção da biota nativa nas áreas destinadas à sua preservação e conservação. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 16/84, (Mensagem n.º 37/84- ex-Proposição n.º 40/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 05.12.83, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Tijucas do Sul, objetivando a realização da VIII FEMUBASA - Festa Municipal da Batata Salsa. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 17/84, (Mensagem n.º 63/84- ex-Proposição n.º 68/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 12.12.84, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Colorado, objetivando possibilitar condições para realização de Trabalhos de Pesquisa sobre verminose de bovinos, no referido Município. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 18/84, (Mensagem n.º 60/84 - ex-Proposição n.º 65/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 19/84, (Mensagem n.º 42/84- ex-Proposição n.º 58/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios

celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e Municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros dos Programas que especifica. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 21/84, (Mensagem n.º 158/83 - ex-Proposição n.º 146/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 08.07.83 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 22/84, (Mensagem n.º 04/84- ex-Proposição n.º 07/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo Aditivo aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Florai, Itambé e Guaraniaçu, objetivando execução do "PRO-SAFRAS/ 83". **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 23/84, (Mensagem n.º 05/84 e ex-Proposição n.º 08/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 351/83, celebrado em 13.10.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Guaraniaçu, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 24/84, (Mensagem n.º 06/84, ex-Proposição n.º 09/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 13.10.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Florai e São Carlos do Ivaí, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, com apoio de demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Valentin Gulin, pai do Senhor Deputado Donato Gulin. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente.

diente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 57/84, que declara de Utilidade Pública, o Conselho Comunitário de Cooperação em Saúde e Bem-Estar Social- CONSABES. **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)-
Senhor Presidente, eu solicitei pela ordem, para que antes que Vossa Excelência colocasse em votação pudesse esclarecer do que se trata o projeto que se requer Regime de Urgência.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Apesar de já ter sido lido no expediente, a Mesa esclarece a Vossa Excelência. (Lê o requerimento).

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)- Está aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., encarecendo a instalação de uma agência do referido Banco no Município de Chopinzinho. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao PMDB Jovem, pela realização de suas eleições. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações com o Senhor Francisco Cunha Pereira Filho, por ter sido agraciado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná, com a medalha do Mérito Industrial. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações para com o Senhor Renato Hugo Vardânega, por ter sido agraciado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná, com a medalha do Mérito Industrial. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 31/84.

A Mesa esclarece ao Plenário que o autor do requerimento não declina o assunto de que se trata a matéria. Está em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)-
Senhor Presidente, já que a Mesa não

tem condições de informar do que se trata o projeto em questão, nem a assessoria da Mesa, e já que existem diversos projetos em andamento nesta Casa, eu julgo prudente que a Presidência da Assembléia Legislativa nesta Casa, coloque este assunto em votação amanhã, para que todos os parlamentares possam...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)- A Mesa acata a Questão de Ordem levantada por Vossa Excelência e determina à assessoria que especifique o projeto com a matéria para a qual se requer urgência.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 81/84, de sua autoria, com a seguinte Ementa: "Estabelece contagem em dobro de tempo de serviço de Juiz Eleitoral". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 74/84, de sua autoria, com a seguinte Ementa: "Altera a redação do parágrafo único do artigo 51 da Lei n. 7297 de 08 de janeiro de 1980". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 80/84, de sua autoria com a seguinte Ementa: "Altera redação dos artigos n. 61 e 62 da Lei Complementar n. 14 de 26 de maio de 1982". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 97/84, de sua autoria, com a seguinte Ementa: "Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 103 da Lei n. 6174 de 16 de novembro de 1970". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao IPARDES, por intermédio da Secretaria do Planejamento, encarecendo informações referentes aos funcionários contratados à partir de 15 de março de 1983. **Em votação.**

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)- A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

05 Senhores Deputados rejeitam; 04 Se-

nnores Deputados aprovam. Não há "quorum" para deliberações nem para prosseguimento da Sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs 75/83, 121/83, 156/83, 22/84.

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 14/84, 15/84, 16/84, 99/84.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 08/84, 09/84, 10/84, 11/84, 12/84, 13/84, 17/84, 18/84, 19/84, 21/84, 22/84, 23/84, 24/84, 100/84, e o Projeto de Lei n.º 199/83.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 128/83, 144/83, 206/83, 207/83, 209/83, 219/83.

Levanta-se a Sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA
ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a Presidência do Senhor Deputado José Antônio Fonseca e com a presença dos Senhores Deputados membros da mesma. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que foi relatado o PROJETO DE LEI N.º 199/83, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 126/83. Encaminhando Anteprojeto de Lei considerando como Área Especial de Interesse Turístico, conforme disposto na Lei Federal n.º 6.513, de 20.12.77. Área de Terras descrita no Decreto Estadual n.º 4.484. Parecer: FAVORÁVEL do Senhor Deputado Orlando Pessuti. Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Angelina Garcia Pacheco, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA- Presidente
ANGELINA GARCIA PACHECO- Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

10.ª LEGISLATURA - 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência da Senhora Deputada AMÉLIA HRUSCHKA. Constatada a existência de número legal, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada Ata da Reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado JORGE MAIA FILHO apresentou redção final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 28/84, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 67/84, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva conceder ao funcionário público estadual João Roque Dallabona, pensão mensal que especifica. PROJETO DE LEI N.º 73/83, de autoria do Deputado Pêricles Pacheco, que declara de utilidade pública a Augusta e respeitável Loja Maçônica Lotus n.º 1284, o Direito Humano, com sede e foro nesta Capital. PROJETO DE LEI n.º 223/83, de autoria do Poder Executivo Mensagem n.º 141/83, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o acréscimo de tempo aos policiais Militares dos Quadros da polícia Militar do Estado, como especifica. PROJETO DE LEI N.º 226/83, de autoria do Deputado Acir Mezzadri e outros, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos resultados das licitações promovidas pelos órgãos públicos estaduais, inclusive os da Administração Indireta, conforme especifica. PROJETO DE LEI N.º 228/83, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que dispõe sobre o número de Vereadores da Câmara Municipal de Reserva, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 238/83, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que declara de utilidade pública a Associação Bibliotecária do Paraná, com sede e foro nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 239/83, de autoria do Deputado Odeni Mongruel, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Presbiteriana de Ponta Grossa. PROJETO DE LEI N.º 242/83, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Pastor Nilson Amaral Fanini. PROJETO DE LEI N.º 253/83, de autoria do Deputado Caíto Quintana e Mário Pereira, que concedem o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Maestro Giuseppe Bertollo, bem como os PROJETOS DE RESOLUÇÃO N.ºs 98/83, 118/83, 125/83 e 133/83, as quais foram APROVADAS sem observações. Nada mais havendo a tratar, a Senhora presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada con-

forme, será assinada pela Senhora Presidente, e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) por ACIR MEZZADRI
Presidente
LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR
Secretário